

RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.301 - RS (2019/0017451-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : ROSANGELA DE BAIRROS
ADVOGADO : ANDREA SIMONI COITINHO ABRAHÃO VICARI - RS068812

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, fundamentado na alínea **a** do permissivo constitucional, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, na vigência do CPC/2015, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BENEFÍCIO PERCEBIDO POR FORÇA DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA POSTERIORMENTE REVOGADA. NATUREZA ALIMENTAR. BOA-FÉ. IRREPETIBILIDADE.

1. Presente a boa-fé e considerando a natureza alimentar dos valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela, mesmo que posteriormente revogada, não podem ser considerados indevidos os pagamentos realizados, não havendo que se falar, por consequência, em restituição, devolução ou desconto. 2. Na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é descabida a cobrança de valores recebidos em razão de decisão judicial posteriormente revogada. Precedentes da 3ª Seção deste Tribunal. (AC 5021882-95.2016.404.9999, re. Des. João Batista Pinto Silveira, 6ª Turma, julgado em 02/08/2017)" (fl. 66e).

Sustenta o recorrente violação aos arts. 297, 520, I e II, do CPC/73, 876, 884, 885 e 886, do Código Civil e 3º da LINDB. Argumenta, em síntese:

"Trata o presente Recurso Especial do inconformismo do INSS quanto ao acórdão prolatado do TRF4 no tocante ao indeferimento da restituição dos valores recebidos pela parte autora, por força de antecipação de tutela posteriormente revogada, o que contraria o decidido no Tema 692 do STJ.

DECISÃO RECORRIDA

O TRF4 negou procedência à pretensão do INSS no tocante à devolução dos valores recebidos pela parte autora em antecipação dos efeitos da tutela, revogada posteriormente, ao argumento de que, em se tratando de benefício previdenciário, não há que se devolver em vista do caráter alimentar dos pagamentos, bem como em razão da boa-fé do recebedor.

Assim decidindo, além de contrariar o decidido no Tema 692 do STJ, contrariou a legislação federal em relação ao disposto no parágrafo

único do art. 297, c/c art. 520, incisos I e II, ambos do CPC, artigos 876, 884, 885 e 886 do Código Civil e art. 3º LICC (Decreto-Lei nº 4.657/42), como se passa a demonstrar" (fl. 76e).

Por fim, "uma vez demonstrada contrariedade à lei federal, (...) requer o INSS que o recurso seja conhecido e provido, a fim de que seja viabilizada a restituição dos valores percebidos indevidamente pela parte autora, aplicando-se assim o entendimento firmado no Tema 692 deste Tribunal (REsp 1.401.560)" (fl. 79e).

Sem contrarrazões, o Recurso foi admitido, na origem (fls. 88/89e).

Conforme acima se relatou, uma das questões discutidas no Recurso Especial diz respeito à necessidade de devolução dos valores recebidos por força da antecipação dos efeitos da tutela, posteriormente revogada.

O entendimento quanto à matéria controvertida estava pacificado nesta Corte, em razão do julgamento do Tema 692, no sentido de que "a reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos".

Ocorre, porém, que a Primeira Seção do STJ acolheu proposta de revisão do entendimento quanto à devolução dos valores recebidos pelo litigante beneficiário do Regime Geral da Previdência Social - RGPS em virtude de decisão judicial precária, que venha a ser posteriormente revogada. Determinou-se, ainda, a suspensão do processamento de todos os processos ainda sem trânsito em julgado, individuais ou coletivos, que versem acerca da questão submetida à revisão, pertinente ao Tema 692/STJ, em tramite no território nacional, com a ressalva de incidentes, questões e tutelas, que sejam interpostas a título geral de provimentos de urgência nos processos objeto do sobrestamento (acórdão publicado no DJe de 3/12/2018, questão de ordem nos REsp n. 1.734.627/SP, 1.734.641/SP, 1.734.647/SP, 1.734.656/SP, 1.734.685/SP e 1.734.698/SP).

Considerando que, conforme acima foi ressaltado, um dos temas controvertidos nestes autos diz respeito à matéria afetada, o julgamento imediato do Recurso Especial seria prematuro, e, desse modo, os autos devem ser devolvidos ao Tribunal de origem, para que, uma vez concluído, nesta Corte, o julgamento, seja o inconformismo apreciado na forma do art. 1.040 do CPC/2015.

Cumpra destacar que, na forma do art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, "quando ocorrer a hipótese do inciso II do **caput** do art. 1.040 e o recurso versar sobre outras questões, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do Tribunal recorrido, depois do reexame pelo órgão de origem e independentemente de ratificação do recurso, sendo positivo o juízo de admissibilidade, determinar a remessa do recurso ao tribunal superior para julgamento das demais questões".

Ante o exposto, determino a devolução do presente feito ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão

representativo da controvérsia, nos termos do art. 1.040 do CPC/2015, o presente recurso: (a) tenha seguimento negado, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ, ou (b) tenha novo exame, na origem, se o acórdão recorrido contrariar a orientação desta Corte.

Oficie-se ao Presidente do Tribunal de origem para que, em casos idênticos, adote o procedimento acima mencionado, caso ainda não o tenha feito.

I.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora

